



Assembleia de Freguesia de Cortegaça Concelho de Ovar

Sessão extraordinária de doze de março do ano de dois mil e vinte e cinco

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu pelas vinte e uma horas no Salão Nobre do Edifício da Junta de Freguesia de Cortegaça, sita no Largo 25 de Setembro, a Assembleia de Freguesia de Cortegaça, em sessão extraordinária, convocada ao abrigo das disposições legais em vigor, sob a Presidência da Mesa de Assembleia, Luciana Camboa de Sousa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1: Período de Intervenção ao Público.

2: POD (Período da Ordem do Dia):

Ponto Único – Proposta: “Demonstração de utilidade pública para pedido de desafetação do regime florestal parcial – Perímetro florestal das dunas de Ovar” – Discussão e Votação.

Iniciada a reunião da Assembleia de Freguesia estavam nela presentes os seguintes membros: Luciana Camboa de Sousa - Presidente, Sílvia Oliveira – 1ª Secretária e Luís Violas – 2ª Secretário, constituindo desta forma a Mesa da Assembleia de Freguesia, António Alves de Sousa, Cláudia Morais e Jorge Miguel Silva (pela Bancada do Partido Social Democrata), Américo Dias, Miguel Coelho e Márcia Almeida Rola (pela Bancada do Partido Socialista). Estiveram também presentes todos os membros que constituem o Executivo da Junta de Freguesia de Cortegaça, Sérgio Vicente Prata Oliveira - Presidente, Paulo Amadeu Monteiro Pinheiro - Secretário e Florbela Rodrigues - Tesoureira, ambos eleitos pelo Partido Social Democrata.

A Presidente da Assembleia de Freguesia de Cortegaça endereçou os habituais cumprimentos ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, restante executivo, aos senhores Secretários, membros da Assembleia de Freguesia e demais presentes.



- **Ponto Um:** Período de Intervenção ao Público;

A Presidente da Assembleia de Freguesia de Cortegaça começou por dar início às inscrições do público presente que pretendesse intervir na presente Assembleia, tendo-se inscrito Paulo Albergaria, Filipe Cayolla, Ana de Jesus, Camila Gouveia, Lígia Viola, Filipe Silva, José Carvalho e Miguel Violas.

Dada a palavra a Paulo Albergaria, começa por manifestar o prazer e voltar a “esta casa” ao fim de 35 anos e solicita que a sessão se transfira para o auditório, atento o número de pessoas presentes.

Foi respondido pela Sra. Presidente da Assembleia da impossibilidade de tal por questões logísticas.

Paulo Albergaria diz ser Cortegacense de “gema” e que teme que as suas futuras gerações não possam usufruir do prazer que ele teve, atento o gradual desflorestamento da mata.

Ofereceu-se, então, para plantar pinheiros ou o que entendam ser melhor para voltar a surgir a mancha verde anteriormente existente.

Manifesta o seu entendimento de que, e conforme parecer dos técnicos, uma vez que a floresta está “velha”, então que se corte o que é necessário, mas que se plante novamente para que a mancha verde permaneça igual ou maior.

Prossegue indicando que caso tal não aconteça, que será um grande erro para as gerações vindouras.

Reiterou a sua disponibilidade para plantar, apresentando-se contra qualquer intenção de desmatamento com intenções imobiliárias.

Concluiu afirmando que aprecia o trabalho deste executivo, que tem sido um trabalho meritório, desejando muito sucesso ao Sr. Presidente da JFC no exercício das suas próximas funções, uma vez que o mandato está a acabar.



De seguida usou da palavra Filipe Cayolla, cuja intervenção escrita constituída por 6 páginas se encontra anexa à presente ata, da qual faz parte integrante desta mesma ata.

Posteriormente usou da palavra Ana de Jesus. Começou por agradecer a oportunidade e manifestou que caso a proposta apresentada seja aprovada, sentir-se-á traída como eleitora pois caso tivesse conhecimento de que iria ser aprovada tal proposta o seu voto teria sido diferente.

Continuou afirmando que, não obstante não ter nascido em Cortegaça, escolheu esta terra para viver, precisamente pelas características verdes. Entende que destruir a floresta será o perder daquilo que Cortegaça tem como ponto diferenciador das restantes freguesias.

Concluiu dando nota de que, em pleno século XXI, quando tanto se fala em alterações climáticas, seja lamentável decidir-se pela destruição da floresta.

Continuando as intervenções do público, usou da palavra Camila Gouveia, que se identificou como utente do Parque de Campismo de Cortegaça. Teve conhecimento da alteração quanto ao abastecimento da água no Parque de Campismo. Pede ao Sr. Presidente da JFC a instalação de alguns postos de água potável para que os utentes possam utilizar para consumo.

Terminou agradecendo ao Sr. Presidente o comportamento honesto para com os campistas no que respeita à utilização do parque.

De seguida, usou da palavra Lúcia Violas. Frisou que há 5/6 anos, depois da resinagem à morte e corte dos pinheiros, colocou a questão quer à JFC bem como à CMOvar acerca da possibilidade de urbanização ou se aqueles terrenos se manteriam como pinhal, tendo-lhe sido informado que tais terrenos pertenciam ao perímetro florestal e que ninguém poderia urbanizar tal terreno.

Assim, concluindo, informou pretender ser esclarecida das razões que irão servir de base para a desafetação do regime florestal, manifestando que se revê nas intervenções de Paulo Albergaria e Ana de Jesus.



Usou da palavra, posteriormente, Filipe Silva. Começou por dizer sentir-se Cortegacense de coração. Mencionou que casou na Capela Nossa Senhora da Nazaré e recorda que o percurso mais bonito que fez nesse dia foi descer a Avenida da Praia, com a floresta.

Questionou acerca do que será feito nos 6 hectares que irão ser desafetados, se surgirá, à semelhança da construção do Scout Camp, mais construção em betão armado, salientando que o betão é um dos mais produtores de CO2 do planeta ou mais espaço verde.

José Carvalho usou, seguidamente, da palavra. Identificou-se como cidadão regular não permanente de Cortegaça, estando presente na qualidade de investigador, encontrando-se a frequentar o Doutoramento, cuja tese será sobre Turismo Regenerativo.

Diz entender que a desafetação estará relacionada com o turismo, sendo que o objetivo da sustentabilidade é ter impacto zero no ambiente, no entanto, atentas as asneiras já feitas, há a necessidade de implementação de estratégias regenerativas. Informou que já existem destinos turísticos em processo de regeneração e coloca a questão de como é possível que Cortegaça faça precisamente o inverso.

Recordou do mau estado do ar do nosso planeta, bem como que os interesses que devem ser defendidos deverão ser os dos habitantes e residentes.

Por fim, usou da palavra Miguel Violas. Começou por afirmar não haver justificação para que a Assembleia de Freguesia não decorra no auditório.

No que respeita ao processo de desafetação, não obstante Esmoriz ter já aprovado, pede que Cortegaça não prejudique o que é seu e que não permita que Esmoriz se aproprie do que não é deles.

Findas as intervenções do público, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da JFC, o qual começou por apresentar os habituais cumprimentos, dando nota da sua satisfação pela participação elevada, frisando, no local certo, que é a Assembleia de Freguesia.



Começou por responder a Camila Gouveia esclarecendo que foi ligada, inicialmente, a água e luz, tendo sido detetado uma fuga na água que causou enormes prejuízos. Foi dado acesso a água do poço enquanto se encontram-se em reparações, sendo que, é intenção, assim que o problema se encontre resolvido, se volte a ligar a água da companhia, mantendo o acesso da água do poço para limpeza das autocaravanas.

No que respeita às restantes intervenções, começou por esclarecer que a desafetação não implica a mudança do uso do solo. Relembrou que Cortegaça tem mais de 350 hectares afetos ao regime florestal, o que equivale a mais de metade da freguesia.

Prosseguiu explicando que o regime florestal está implantado desde 1920 e desde essa data esta não se trata da 1ª desafetação.

Clarificou que houve desafetação que permitiu a construção do Parque de Campismo (cerca de 20 hectares), bem como do campo de futebol e do pavilhão (cerca de 8 hectares), estando crente de que os Cortegacenses reconhecem as mais valias dessas desafetações para um crescimento equilibrado da freguesia.

Prosseguiu dando o seu entendimento de que enquanto líderes de uma comunidade terão de olhar sob vários pontos, nomeadamente ambiental, desportivo, económico, cultural, fazendo uma gestão equilibrada do território, prosseguindo adiantando que a desafetação que irá ser discutida em nada retiram o equilíbrio e desenvolvimento da freguesia sustentável.

Afirmou que é seu pensamento que a questão da especulação imobiliária não se colocará, sendo intenção de manter as áreas que são de regime florestal, cuidando dessas mesmas áreas.

Deu os parabéns à Associação +Pinhal, afirmando que o executivo está em posição de negociação com as entidades competentes, e que nem sempre o processo é célere como era pretensão do executivo. Quanto ao pedido de resposta por escrito, embora já o tivesse feito oralmente em sede de uma das reuniões havidas, justifica a ausência com base na falta de resposta do ICNF.

Manifesta o agrado da separação daquilo que é a gestão florestal da desafetação, na intervenção de Filipe Cayolla.



Reconheceu o esforço da associação em não ter nos seus cargos de direção elementos políticos, de modo que a associação seja apartidária, embora reconheça também a dificuldade de dissociar a posição política da causa que se defende.

Afirmou o Sr. Presidente da JFC que não existe qualquer projeto para a área a desafetar, a não ser para a Rua de Monte Branco, que é atualmente um aceiro e que passará a ser uma rua.

Justificou a proposta de desafetação com o intuito de que a JFC possa gerir o território da forma que entenda ser a mais vantajosa para a freguesia, reiterando que a desafetação não implicará a alteração do uso do solo.

Esclareceu que, conforme decorre da lei dos solos, os terrenos rúticos, com a aprovação na assembleia municipal poderão passar a urbanos, mas terão de ser contíguos a zonas urbanas, não será um terreno no meio do mato ou floresta que poderá passar a urbano.

Reiterou, em resposta a José Carvalho, que a proposta de desafetação em nada condiciona o desenvolvimento equilibrado.

Por fim, em resposta a Miguel Violas, explicou que as assembleias de freguesia há mais de 2 anos que decorrem no mesmo local, tendo inclusive a assembleia municipal já reunido 2 vezes nesse mesmo local – que inclusive deram os parabéns ao executivo pelas condições que lhes apresentaram -, que está preparado para tal, sendo que o auditório não acautela, nas suas cadeiras, sítio para apoiar os documentos.

- **Ponto dois: POD (Período da Ordem do Dia)**

Ponto Único – Proposta: “Demonstração de utilidade pública para pedido de desafetação do regime florestal parcial – Perímetro florestal das dunas de Ovar” – Discussão e Votação.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia, após convite da Senhora Presidente da Assembleia para apresentar este ponto da Ordem de Trabalhos, em representação do executivo, solicita a



desafetação de duas áreas do regime florestal, uma que é o Aceiro B, que embora seja visto como uma rua, não o é, entendendo que em nada prejudicará o equilíbrio natural e ambiental, a sua transformação em arruamento municipal; esclarece que pretendem, conforme foi apresentado em programa preliminar apresentado ao ICNF, que seja feita uma separação do arruamento da zona florestal através de uma cerca de madeira, impedindo a invasão para a área florestal mas mantendo o perfil de arruamento.

Relativamente à desafetação da área a poente do pavilhão de Cortegaça, da zona lúdico-desportiva de Cortegaça, justifica tratar-se de uma área onde já foi feita resinagem a morte, estando indicada para corte, pretendendo a JFC a possibilidade de gerir essa área, sendo aquilo que o executivo futuro decidir o que pretendem que seja.

Convidados os membros a inscreverem-se para participar neste ponto, inscreveram-se Miguel Coelho, Márcia Almeida Rola, Américo Dias e Jorge Miguel Silva.

Miguel Coelho, após os habituais cumprimentos, disse:

“Antes de entrar no assunto que aqui nos trouxe quero dizer, em nome da bancada do Partido Socialista, que lamento que não tenham recebido favoravelmente a nossa solicitação, enviada por email à Srª Presidente da Assembleia, para a alteração desta assembleia para o auditório da junta, face ao expetável aumento da participação do público, em virtude do assunto que aqui nos trouxe e permitindo assim que possamos ter lugares sentados para todos e assim receber condignamente a população o que, sem duvida engrandeceria a nossa assembleia.

Quanto ao ponto único proposto para discussão e votação nesta Assembleia Extraordinária e antes de entrar na intervenção propriamente dita, queremos pôr à consideração desta Assembleia, através da Srª Presidente da Assembleia, que, visto que este ponto único da “Demonstração de Utilidade Pública para Pedido de Desafetação do Regime Florestal Parcial – Perímetro Florestal das Dunas de Ovar” contempla duas parcelas afetadas ao regime florestal diferentes, a Rua do Monte Branco e o talhão 5, que não estão necessariamente interligadas e dependentes e como é legítimo que os membros desta assembleia tenham opiniões diferentes sobre as duas situações, como é o caso dos membros do Partido Socialista, propomos a divisão deste ponto em 2, de forma a ser possível discutir e votar em separado.”



De imediato se pronunciou o executivo, órgão que trouxe este ponto a discussão, no sentido de que é pretensão de que o mesmo seja votado na forma como foi apresentado.

De seguida, Miguel Coelho continuou a sua intervenção dizendo que:

“Quanto à Rua do Monte Branco, o Partido Socialista entende que existindo já a rua, parcialmente já pavimentada, não estando em causa um abate significativo de árvores e sendo legítimo que os moradores tenham uma estrada decente à porta de casa, somos favoráveis à Demonstração de Utilidade Pública para Pedido de Desafetação do Regime Florestal Parcial - Perímetro Florestal das Dunas de Ovar, até porque consideramos que não prejudica a nossa floresta.

Quanto ao Talhão 5, bem, depois de tantos anos a discutir a atual gestão florestal, que vocês sempre defenderam e com a qual foram coniventes para não dizer promotores e à qual sempre nos opusemos, nomeadamente os abates massivos da nossa floresta, com os abates rasos de grandes parcelas de pinhal já efetuados e previstos, aqui estamos, o momento que sempre tememos, a discutir, no fundo, a desafetação de 5.89 hectares da nossa floresta e quantos mais não virão aí, pois temos assistido a um ataque concertado, entre diferentes Juntas de Freguesia, ao PFDO como comprova a recente assembleia de freguesia Extraordinária de Esmoriz, exatamente com o mesmo ponto de ordem de trabalhos, embora referente a um talhão diferente e que foi aprovado pelos votos favoráveis da maioria PSD, com os votos contra do Partido Socialista.

Em pleno século 21, quando a evolução das mentalidades e da ciência, que cada vez mais tem consciência da importância da natureza para a saúde humana, física e mental. Numa época em que tanto se fala de alterações climáticas e da importância da retenção de carbono e, lembrem-se, Portugal está localizado na região mediterrânica, uma das zonas do globo mais afetadas por estes climas extremos e cada vez mais frequentes, com os consequentes prejuízos ambientais, económicos e financeiros.

Sendo o Concelho de Ovar uma das zonas mais afetadas pela erosão costeira, aliás, uma das principais razões para nossos antepassados terem realizado aquela, que é uma das maiores obras de engenharia florestal alguma vez realizadas no país, foi precisamente a prevenção da erosão costeira, mas também eólica, pessoas, que não tendo tanto conhecimento como nós, tinham visão e pensaram



no bem-estar das gerações futuras. Numa época em que cada vez mais se investe na recuperação de ecossistemas danificados ou destruídos pela ação humana e na proteção das espécies de flora e fauna pelas enormes vantagens que daí advêm, não só pelo seu direito a existirem e o enorme prazer que nos proporcionam, mas também por todas as vantagens como o desenvolvimento de medicamentos, aposta no turismo ambiental, exploração económica sustentável e, como já referi, para a própria saúde humana, o que é vocês fazem? Abates massivos de árvores, destruição da vegetação rasteira como tojo, a urze ou a emblemática camarinha, uma espécie endémica da península ibérica em risco de extinção, pondo em risco o equilíbrio ecológico e com isso a sobrevivência dos animais e são tantos os que aqui habitam, e a diminuição, hectare a hectare, do Perímetro Florestal das Dunas de Ovar. Porque desenganem-se, isto não ficará por aqui, mais virão e a troco de quê? Uns milhares de Euros com a venda da madeira e resina.

Tendo tudo isto em consideração e todos os argumentos, mais técnicos que temos aqui apresentado ao longo dos anos, tendo em consideração que a nossa posição é por princípio e convicção favorável à preservação da nossa floresta plantada à beira-mar, que tanto valorizamos e consideramos fundamental para a qualidade de vida da nossa população, pois estamos a falar de um dos maiores patrimónios naturais da nossa freguesia é, e será sempre com muita preocupação que analisamos estas iniciativas do executivo.

No entanto, não somos inflexíveis, estamos sempre abertos a analisar e discutir a utilidade pública e os superiores interesses da população, como já demonstramos relativamente à Rua do Monte Branco, mas para isso têm que nos apresentar projetos concretos.

Ora, não é o caso...

Não passamos cheques em branco.”

Concluiu a sua intervenção sugerindo a realização de um referendo na freguesia de Cortegaça com esta proposta.

De seguida usou da palavra Márcia Almeida Rola que após os habituais cumprimentos, questionou, se ainda não existe nenhum projeto, qual o motivo desta assembleia de freguesia, dando



o seu entendimento de que apenas se deverá discutir este ponto aquando do surgimento de um projeto concreto.

Posteriormente, usou da palavra Américo Dias que, e também após os habituais cumprimentos, deu o seu entendimento de que não fará sentido discutir em simultâneo a questão da demonstração de utilidade pública da Rua do Monte Branco e do Talhão 5.

De seguida fez referência à página nº 6 do documento remetido aos membros da assembleia de freguesia, frisando a legenda “área preferencial de realocização dos parques de campismo de Esmoriz e Cortegaça em conjunto”, solicitando a sua elucidação sobre este assunto.

Por fim, usou da palavra Jorge Miguel Silva que após os habituais cumprimentos começou por evidenciar que está em discussão a demonstração de utilidade pública para pedido de desafetação do regime florestal, coisa diferente do plano de gestão florestal.

Deu o seu entendimento de que algumas intervenções teriam sido desadequadas bem como intelectualmente desonestas.

Prosseguiu dizendo: *“Relativamente a estes pontos, de forma muito sucinta, estamos convictos de que de forma equilibrada e sustentável, e ficando pela gestão dos órgãos locais, neste caso da JFC, estes talhões, a Rua do Monte Branco e o Talhão 5, poderão ser utilizados de forma mais equilibrada e sustentável.*

Relativamente as áreas mencionadas em concreto, e começando pela zona do complexo lúdico-desportivo do Buçaquinho, está inserido num contexto ambiental e de natureza, e certamente assim continuará a ser, estamos certos disso, seja a forma como será gerido daqui para a frente.

Naturalmente que no futuro poderemos discutir de que forma podemos dinamizar o centro lúdico desportivo, com o acréscimo destas áreas, sejam eles para fins turísticos-ambientais, sejam eles para desportivos-ambientais, ou simplesmente para manter a reflorestação tal como está.

Certamente que esta junta de freguesia ou a próxima, ou esta assembleia de freguesia ou a próxima abrirá espaço para a discussão deste assunto.



Relativamente à Rua do Monte Branco, consideramos ser uma não questão, por dois pontos. É uma rua, ou meia rua, pela forma como está parcialmente pavimentada. Está assim por causa da afetação ao regime floresta atual e apesar de ser uma rua secundária de acesso à praia de Cortegaça, é uma zona muito movimentada, principalmente na altura das festas do mar de Cortegaça.

Assim, para dignificar quem lá vive e potenciar quem possa viver na Rua do Monte Branco, consideramos que deve existir a necessidade desta Rua ser melhorada e concluída.

Concluindo, tendo em conta o documento, as explicações, entendendo que possam existir formas de pensar diferentes e que respeitamos, exigindo que a nossa também seja, reconhecemos a utilidade pública destas mesmas áreas e votaremos favoravelmente à proposta em discussão que visa a desafetação destas áreas propostas, sobretudo para ficarem sob a gestão da JFC”.

Antes de devolver a palavra ao Sr. Presidente da JFC, a Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia de Cortegaça, porque interpelada pelo membro Miguel Coelho, quanto ao local da realização da assembleia extraordinária, informou que o dito email teria sido remetido às 15h58 desse mesmo dia, tendo a mesma tido a oportunidade de o visualizar apenas minutos antes do início da sessão extraordinária. Contudo, deu nota de que as assembleias reúnem no local estabelecido para tal efeito.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da JFC, começou por dizer que a intenção do tratamento deste assunto neste momento reporta-se ao facto do executivo e assembleia, esta ou as vindouras, poderem ficar com o poder de decidirem o que, como e quando fazer o que entenderem ser benéfico para a freguesia, não ficando sob condição de convencimento do ICNF para o que quer que seja.

Esclareceu que esta oportunidade de desafetação se encontra relacionada com um processo de negociação entre o ICNF e CMOvar por várias áreas utilizadas ao longos dos anos pelo município.

Deu como exemplo a zona do espaço comercial Vida Ovar e o Arena.

Uma vez que o ICNF veio agora “cobrar” essa ocupação, encontrou-se um mecanismo de compensação ao ICNF, bastante conhecido que foi a aquisição de terrenos, pela CMOvar, na Serra da



Malcata, tendo surgido a possibilidade de serem incluídos alguns terrenos, como é o caso da Rua do Monte Branco e o Talhão 5, nesta negociação.

Adiantou, também, que houve a tentativa de que fosse incluída a Rua de Monte Negro nestas negociações, não tendo sido possível.

Reiterou não ser a primeira vez que se desafetam áreas na freguesia de Cortegaça.

Quanto à planta de condicionantes referida por Américo Dias, o Sr. Presidente da JFC explicou tratar-se de uma planta global, que poderá abranger a JFC e a JFEsmoriz em simultâneo, sendo que a legenda será sempre a mesma. Indicou que o símbolo que representa as áreas de preferência da realocização dos Parques de Cortegaça e Esmoriz é o mesmo.

Explicou que como a planta foi ampliada, e só consta da planta a área a desafetar, aparece apenas a área a desafetar, mas o símbolo da legenda é o mesmo.

Passando à votação da Demonstração de utilidade pública para pedido de desafetação do regime florestal parcial – Perímetro florestal das dunas de Ovar”, foi a mesma aprovada por maioria, com 6 votos a favor dos membros do PSD e 3 votos contra dos membros do PS.

Por fim, foi lida e colocada a votação a ata em minuta, sendo a mesma aprovada por unanimidade.

A Presidente da Assembleia deu como findos os trabalhos e encerrada a sessão extraordinária de 12 de março de 2025, agradecendo a presença e participação de todos com votos de uma boa noite.

A Presidente de Assembleia de Freguesia,

(Luciana Camboa de Sousa)



A Secretária,

(Sílvia Oliveira)

O Secretário,

(Luís Violas)